

EDITAL Nº 003/2023

**IV PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE PÓS GRADUAÇÃO DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**

A 1ª SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o **IV PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE PÓS GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, resolve:

Art. 1. DIVULGAR o caderno de prova e gabarito das questões objetivas, conforme ANEXO único do presente edital.

Art. 2. INFORMAR que os recursos em face do **GABARITO PROVISÓRIO** deverão ser interpostos eletronicamente, nos dias **06 e 07 de fevereiro de 2023**, unicamente através do formulário acessível no endereço <https://forms.gle/ZLATEr3cqBPyeRBQA>, conforme Edital de Abertura.

Parágrafo primeiro. Não serão aceitos recursos encaminhados por qualquer outra forma, devendo ser digitados e fundamentados em argumentação lógica e consistente.

Parágrafo segundo. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos.

Art. 3. O presente Edital será **PUBLICADO** no site da DPE/MA.

São Luís, 06 de fevereiro de 2023.

CRISTIANE MARQUES MENDES

1ª Subdefensora Pública-Geral do Estado do Maranhão



ANEXO ÚNICO

CADERNO DE PROVA - DIREITO - PÓS GRADUAÇÃO

	<p>1- Em janeiro de 2022 o Defensor(a) Público(a) realizou uma série de atendimentos nas unidades prisionais localizadas nas cidades abrangidas pela sua atuação. Ao analisar esses atendimentos, ele (a) percebeu que a maioria eram presos provisórios, ou seja, por prisão preventiva ou temporária. Dentre essas haviam muitas mulheres, em grande parte apreendidas por uma pequena quantidade de maconha. Se tratavam de mulheres jovens, negras e de baixa instrução. 70% delas estavam grávidas, puérperas, eram mães de crianças ou de pessoas com deficiência. A fim de propor uma medida abrangente e que beneficiasse todas as mulheres que estivessem na situação descrita, o(a) Defensor(a) Público(a) decidiu propor um habeas corpus. Diante dessa decisão responda:</p>
	<p>A) O Habeas corpus a ser proposto deve ser individual, uma ação para cada mulher que estiver nessa condição, visto que a indicação do nome da pessoa que sofre a restrição da liberdade e de quem pratica essa restrição é um requisito da petição inicial do habeas corpus.</p>
	<p>B) A Defensoria Pública não poderá propor habeas corpus coletivo, visto que inexistente na legislação previsão expressa para esse remédio constitucional da mesma forma como foi previsto para o mandado de segurança coletivo e o mandado de injunção coletivo;</p>
	<p>C) A Defensoria Pública não poderá propor habeas corpus coletivo, visto que ela não é legitimada para propor ações dessa natureza, uma vez que a substituição processual (legitimidade extraordinária) decorre de lei.</p>
X	<p>D) A Defensoria Pública poderá propor habeas corpus coletivo, embora não tenha previsão legal expressa para esse remédio constitucional, porque a lei complementar 80/94 a legitima e a Convenção Americana de Direitos Humanos (pacto de San José da Costa Rica) garante o emprego de instrumento processual simples, rápido e efetivo, além de haver precedentes do STF nesse sentido.</p>
	<p>2- Um blog de notícia local publicou a manifestação de uma pessoa noticiando que o remédio de uso contínuo, que deveria ser fornecido pelo Município, estava em falta há 3 meses na farmácia do posto de saúde. Abaixo dessas notícias, foram realizadas dezenas de comentários de usuários do SUS com relatos similares: faltavam fraldas, remédios para hipertensão e anti-retrovirais para terapias de pessoas</p>





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	<p>com HIV. Após tomar conhecimento dessa notícia, o núcleo da Defensoria Pública instaurou um procedimento administrativo para averiguar a notícia e, se for o caso, tomar as medidas necessárias para restabelecer a regularidade no fornecimento de medicamentos no referido posto de saúde. Como medida, expediu um ofício requisitando à Secretaria Municipal de saúde: o estoque dos referidos medicamentos; a informação sobre a existência de gestão de estoque com previsão de demanda desses medicamentos, bem como a existência de licitação para adquiri-los. Em resposta, a Secretaria Municipal de Saúde respondeu dizendo que não tinha o dever de informar e que a Defensoria Pública não poderia requisitar essas informações. Diante desse caso responda:</p>
	<p>A) O procedimento administrativo não deveria ser instaurado pela Defensoria Pública visto que a lei complementar 80/94 não prevê o direito à saúde como função institucional a ser tutelada por essa instituição;</p>
	<p>B) O procedimento administrativo não deveria ser instaurado visto que a Defensoria Pública não pode atuar de ofício, pois deveria aguardar algum usuário ou outra pessoa requerer a assistência jurídica integral e gratuita.</p>
X	<p>C) A Secretaria Municipal de saúde não tem razão visto que a Defensoria Pública pode requisitar informações necessárias à atuação da Defensoria Pública.</p>
	<p>D) Diante da negativa pela Secretaria Municipal de Saúde não há nada que possa ser feito pelo membro da Defensoria Pública responsável pelo caso, visto que inexistente uma sanção para a negativa dessa informação.</p>

	<p>3- João, proprietário de um imóvel situado no Município de São Luís, procurou a Defensoria Pública para buscar informações sobre processo administrativo de desapropriação por interesse social, que tramita em seu desfavor. Maria, Defensora Pública, no exercício das suas funções constitucionais e atuando em defesa de João, requisitou informações e cópia dos autos da Prefeitura Municipal de São Luís, mas não teve o ofício respondido. Nesse contexto, considerando as funções institucionais e prerrogativas da Defensoria Pública e de seus membros, assinale a opção correta</p>
X	<p>A) Maria, atuando em nome da Defensoria Pública, possui legitimidade para impetrar mandado de segurança, com o fim de obter as informações e documentos requisitados, por agir em defesa das funções institucionais e prerrogativas do cargo.</p>
	<p>B) Maria somente pode impetrar mandado de segurança, se previamente autorizada pelo Defensor Público-Geral do Estado</p>





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	C) Maria não pode impetrar mandado de segurança, pois o poder de requisição não possui previsão constitucional.
	D) A legitimidade para impetrar mandado de segurança em defesa das funções institucionais e prerrogativas dos órgãos de execução da Defensoria Pública é exclusiva do Defensor Público-Geral.

	4- Acerca do papel do Ministério Público no ordenamento constitucional brasileiro, assinale a opção correta:
	A) O Ministério Público, por ser o titular da ação penal pública, pode presidir inquéritos policiais instaurados pela Autoridade Policial.
	B) Após a Constituição da República de 1988, somente o Ministério Público pode ajuizar ações civis públicas.
X	C) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ações individuais que tratem de direitos indisponíveis.
	D) O Ministério Público teve a sua origem na Constituição da República de 1988

	5 – Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:
	A) O Ministério Público e a Defensoria Pública são instituições permanentes, essenciais à função jurisdicional do Estado e, portanto, integram o Poder Judiciário brasileiro.
	B) O Conselho Nacional de Justiça – CNJ exerce o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e defensores públicos.
	C) O Defensor Público-Geral Federal não possui legitimidade para a promoção de ações do controle concentrado de constitucionalidade, mas, de acordo com a jurisprudência do STJ, pode propor o incidente de deslocamento de competência
X	D) A regra do quinto constitucional não se aplica a todos os tribunais do Poder Judiciário.

	6 – Marque a alternativa correta, à luz da jurisprudência dominante do STF e STJ:
	A) Aplica-se à união estável contraída por septuagenário o regime da separação obrigatória de bens, não comunicando-se os adquiridos por esforço comum na constância da união.
X	B) É admissível a cumulação, em um mesmo processo, de cumprimento de sentença de obrigação de pagar alimentos atuais, sob o rito da prisão civil, e alimentos pretéritos, sob o rito da penhora e da expropriação, desde que não haja tumulto processual ou prejuízo ao devedor.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	<p>C) O inadimplemento de alimentos compensatórios, destinados à manutenção do padrão de vida de ex-cônjuge em razão da ruptura da sociedade conjugal, justifica a execução pelo rito da prisão, dada à sua natureza alimentar.</p>
	<p>D) Uma vez dissolvida a sociedade conjugal, o bem imóvel comum do casal rege-se pelas regras relativas ao condomínio, ainda que não realizada a partilha de bens, não possuindo legitimidade para usucapir em nome próprio o condômino que exerça a posse por si mesmo, sem oposição dos demais co proprietários.</p>

	<p>7 – Considere a seguinte situação hipotética: Dona Ângela, pessoa de poucos recursos financeiros, procurou a Defensoria Pública do Estado do Maranhão a fim de conseguir o fornecimento do medicamento X para seu filho, menor de idade, possuidor de enfermidade incurável que requer tratamento contínuo. Tendo procurado anteriormente a Secretaria de Saúde de seu Município, teria sido informada que a Farmácia Básica Municipal não contava com o fármaco requerido, motivo pelo qual teria que adquiri-lo com seus próprios recursos. Sobre os fatos narrados, assinale a alternativa correta.</p>
	<p>A) Dona Ângela terá que adquirir o insumo com seus próprios recursos, tendo em vista que o Município em que reside não é obrigado a fornecer medicamento que não esteja previsto na lista do SUS.</p>
	<p>B) A Defensoria poderá ingressar com ação judicial, porém o Município não integrará o polo passivo da demanda, acaso demonstre insuficiência de recursos do erário Municipal, devendo compor o polo passivo apenas o Estado e/ou União.</p>
X	<p>C) A Defensoria poderá ingressar com ação com objetivo de impelir o Poder Público a fornecer o medicamento, ainda que este não esteja na lista do SUS, desde que haja comprovação da sua imprescindibilidade, registro na ANVISA e incapacidade financeira da requerente.</p>
	<p>D) Caso o medicamento X não tenha sido autorizado pela agência reguladora ANVISA para o tratamento da enfermidade, não há, em nenhuma hipótese, amparo jurídico para a pretensão de Dona Ângela.</p>

	<p>8- João Batista é possuidor de um imóvel urbano de 90 Metros quadrados, no bairro do Anjo da Guarda, não legalizado, que reside há mais de 15 (quinze) anos. O mesmo teve que viajar por 03 (três) meses a cidade de Pinheiro, para resolver problemas pessoais, quando retornou ao seu imóvel, viu pessoas estranhas morando no seu imóvel, sem sua autorização, neste sentido veio ao núcleo da moradia na sede da Defensoria Pública, para pleitear as providências cabíveis. Assinale a opção correta acerca do assunto conforme a legislação vigente.</p>
	<p>A) Não é possível o ajuizamento de ação de usucapião, visto que João não possui atualmente a posse pacífica do imóvel, e porque o imóvel</p>





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	não possui registro, não sendo legalizado na zona cartorária.
	B) Não pode João ajuizar demanda de natureza possessória, visto que falta saber quem são os invasores, ficando inviabilizado o ajuizamento da demanda, por ausência dos pressupostos processuais da ação.
X	C) É cabível o ajuizamento de ação possessória na defesa do imóvel do João, sendo cabível requerer liminar de reintegração de posse, visto que a posse nova dos invasores, autoriza sua imediata reintegração ao imóvel, mediante decisão judicial.
	D) É cabível a imediata desocupação dos invasores, através do uso de força moderada por parte de João, já que a posse nova em face dos invasores autoriza que João atue de forma imediata na retirada deles, sem necessidade de ajuizamento de qualquer ação de reintegração, visto que a defesa da propriedade é assegurada constitucionalmente, independente de manejo de tutela judicial.

	<p>9- A posse em usucapião individual é forma aquisitiva do direito de propriedade protegida legalmente. A atuação da Defensoria Pública, nas ações possessórias, é constante e volumosa, visto que há uma quantidade grande de bens imóveis que a população hipossuficiente reside e decorreu de ocupação. A usucapião tem como principais finalidades: a função social da propriedade e ter a propriedade assegurada legalmente. Isso é uma decorrência lógica da dignidade da pessoa humana. Neste sentido, o estudo de cada uma das modalidades, características e pontos polêmicos da usucapião são importantes para a atuação da defensoria. Fonte: (Boletim Conteúdo Jurídico, volume 1.075, de 12/03/2022, Ano XIX, ESTUDO TEÓRICO E PRÁTICO DA USUCAPIÃO INDIVIDUAL DE BEM IMÓVEL E ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA, Rodrigo Gomes de Freitas Pinheiro, 64-80).</p> <p>Neste sentido assinale a opção, incorreta:</p>
	A) Para fins do reconhecimento da usucapião, tem-se a necessidade de comprovação dos seguintes requisitos: a) posse mansa e pacífica; b) período; c) boa-fé; d) ânimo de dono
X	B) A posse de usucapião deve ser contínua e duradoura, ou seja, com determinado lapso temporal, sem intervalos, sem interrupção, não se admitindo exceções, não se admitindo soma de posses sucessivas.
	C) Uma característica da usucapião é ser mansa e pacífica, exercida sem qualquer manifestação em contrário de quem tenha legítimo interesse, ou seja, sem oposição do proprietário do bem. Se algum momento houver contestação por parte do suposto proprietário do bem, desaparece o requisito da mansidão.
	D) Outra característica exigida para se configurar a usucapião é a posse justa, isto é, apresentar sem vícios, que significa sem violência, clandestinidade ou precariedade. Enquanto houver tais atos desta natureza, não induzirá a posse.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	<p>10 - Lucimar tem sua certidão de nascimento e na sua identidade, registrada como pessoa do sexo masculino, só que desde sua adolescência não se identificava como pessoa de tal gênero.</p> <p>Ao completar 18 (dezoito) anos, Lucimar veio ao Núcleo da Mulher e população LGBTQ+, receber orientação jurídica do que poderia ser feito na atual situação.</p> <p>“A partir da construção da identidade de gênero, a pessoa poderá desenvolver-se de forma plena, sem sofrer qualquer ingerência do Estado ou da sociedade, afinal, terá sua identidade conforme se sente, e não conforme se convencionou. Adequar o registro civil, modificando o sexo (gênero), e seu prenome à sua condição, é de fundamental importância para se garantir seu pleno direito da personalidade e a sua dignidade humana”. Fonte: (Boletim Conteúdo Jurídico, volume 1.075, de 12/03/2022, Ano XIX, Os direitos da personalidade conceituação e sua atuação na prática forense defensorial. Rodrigo Gomes de Freitas Pinheiro, 127-139).</p> <p>Considerando atual legislação e jurisprudência do STF, assinale a opção correta.</p>
	<p>A) As ações de alteração do prenome sem a necessidade de realização da cirurgia de adequação do sexo, é mais uma garantia ao direito da personalidade. Frequentemente, pessoas procuraram a Defensoria Pública no intuito de demandar em juízo acerca dessa situação. As ações de retificação ou alteração de nome, e gênero decorrentes de situações de pessoas transgênero. Tais ações exatamente discutem a garantia fundamental da pessoa ter seu prenome conforme a seu íntimo, e tal modificação é o primeiro passo para que o Estado garanta essa dignidade existencial. Lucimar, terá que vir com laudo médico e pedir autorização para proceder cirurgia de alteração de sexo, gênero, para modificar seu nome civil para Luciana, e para proceder a mudança do gênero, podendo ser feita de forma exclusiva judicialmente.</p>
	<p>B) Lucimar, caso não queira requerer a cirurgia de mudança de sexo, pode pedir alteração de gênero, e mudança no seu nome civil para Luciana, bastando para isso laudo médico, psiquiátrico, que ateste que a mesma não se identifica como do gênero masculino. Deve assim, a Defensoria Pública ajuizar tal ação e aguardar a decisão judicial, por se único caminho cabível, em respeito a segurança jurídica, visto que Lucimar deverá comprovar não está se furtando de obrigações legais contraídas anteriormente, em face de apresentar novo nome, Luciana.</p>
	<p>C) Desde da entrada do prédio na Defensoria Pública todos devem tratar Lucimar como Luciana, se assim a mesma informar, desde seu cadastramento inicial, e pode na própria Defensoria Pública já sair com seu registro civil modificado, independente de pedido judicial, ou de pedido administrativo, junto ao cartório de pessoas naturais.</p>
X	<p>D) Lucimar, poderá pedir alteração do gênero, do seu registro de nascimento, independentemente, de autorização judicial, de laudo médico, e ou cirurgia de modificação de sexo, diretamente no cartório de registro de pessoas, através de autodeclaração, podendo inclusive modificar seu nome civil na situação acima para Luciana.</p>





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	11 - No que toca ao iter criminis, marque a alternativa CORRETA:
	A) Para o nosso Código Penal, há atos de execução, próprios da tentativa, assim que se inicia a realização do tipo.
	B) A culpa é incompatível com o conatus e, por isso, não há classe de crimes culposos a que a nossa legislação penal confira punibilidade à tentativa.
X	C) A teoria objetivo-subjetiva pretende adotar um critério que una aspectos objetivos e subjetivos da prática delitiva. Por um lado, aponta para aspectos objetivos ao exigir a imediatidade da conduta em relação à realização típica e, por outra, leva em conta aspectos subjetivos, ao relacionar como fonte o plano do autor. Com isso, identifica-se claramente como tentativa de homicídio, por exemplo, não apenas o ato de disparar a arma, mas também o de apontá-la.
	D) Tanto para quem considera a desistência voluntária e o arrependimento eficaz (art. 15 do CP) como causa de exclusão de tipicidade, quanto para quem os refuta causa de exclusão de punibilidade, a chamada tentativa abandonada não se comunica ao coautor ou partícipe que nada fez para evitar o resultado.

	12- A respeito dos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.
X	A) Para que o crime de corrupção ativa se configure é mister que a oferta ou promessa de vantagem indevida ao funcionário seja feita antes da pretendida omissão ou prática do ato funcional.
	B) Não é necessário o compromisso para a configuração do crime de falso, tendo em vista que toda pessoa tem o dever de dizer a verdade em juízo, não podendo prejudicar a administração da justiça. Além do mais, a formalidade do compromisso não integra mais o crime de falso, como ocorria por ocasião do Código Penal de 1890.
	C) O diretor de presídio que não vedar ao preso o acesso a aparelho de comunicação que possibilite a este conversar apenas com outros presos no mesmo estabelecimento prisional não cometerá crime porque o que a lei penal veda é a comunicação do preso com o ambiente externo. Nessa situação, o diretor responderá apenas por infração administrativa.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	D) No crime de descaminho, não se admite a incidência do princípio da insignificância, sob pena de isso facilitar a sonegação fiscal.
--	---

	13 - Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do Tribunal do Júri, assinale a opção incorreta.
X	A) As nulidades decorrentes de vício de quesitação devem, preferencialmente, ser arguidas durante a sessão de julgamento e registradas na respectiva ata, não acarretando preclusão caso não se proceda dessa forma.
	B) O não oferecimento de alegações finais por advogado constituído em processo de competência do Tribunal do Júri impede a continuidade do feito, devendo o réu ser intimado para, caso queira, constituir novo advogado de sua confiança antes de os autos serem remetidos à Defensoria Pública.
	C) Viola o princípio da soberania dos veredictos a anulação parcial de decisão proferida pelo Conselho de Sentença acerca da qualificadora sem a submissão do réu a novo julgamento.
	D) A simples leitura da decisão de pronúncia no Plenário do Júri não leva à nulidade do julgamento, que somente ocorre se a referência for utilizada como argumento de autoridade que beneficie ou prejudique o acusado.

	14 - Com relação às infrações penais no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, o Superior Tribunal de Justiça entende que:
X	A) É possível a caracterização de violência doméstica e familiar nas relações entre filhas e mãe, desde que os fatos tenham sido praticados em razão da relação de intimidade e afeto.
	B) As medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340/2006 não são aplicáveis às minorias, como transexuais, transgêneros, cisgêneros e travestis em situação de violência doméstica.
	C) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico não impossibilita, por si só, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
	D) Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei nº 11.340/2006 é exigida a coabitação entre autor e vítima.

	15 - Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019), assinale a opção correta.
--	---





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	A) O acordo de não persecução penal - ANPP constitui direito subjetivo do investigado, não podendo o Ministério Público deixar de ofertá-lo caso preenchidos os requisitos legais.
	B) O acordo de não persecução penal - ANPP, previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal, aplica-se a fatos ocorridos antes da Lei nº 13.964/2019, ainda que já tenha sido recebida a denúncia.
	C) O controle do Poder Judiciário quanto ao pedido de revisão do não oferecimento do acordo de não persecução penal - ANPP não deve se limitar a questões relacionadas aos requisitos meramente objetivos, sendo legítimo o exame do mérito.
X	D) O Ministério Público não é obrigado a notificar o investigado no caso de recusa de oferecimento de acordo de não persecução penal - ANPP.

	<p>16 – A Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes foi incorporada ao sistema normativo brasileiro por meio do Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991. Tal documento prevê que cada Estado signatário deva adotar meios eficazes de caráter legislativo, administrativo, judicial, entre outros, como forma de impedir o aumento dos casos que envolvam tortura em qualquer parte do território de sua jurisdição.</p> <p>Desta feita, com base na Constituição da República de 1988 e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, a referida Convenção foi incorporada com status de:</p>
	A) Emenda constitucional, sendo certo que uma das formas atuais de combate à tortura é a determinação de diminuição da letalidade policial, conforme condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, no chamado Caso Favela Nova Brasília;
	B) Emenda constitucional, sendo certo que uma das formas atuais de combate à tortura é a adoção da audiência de custódia, que fundamenta-se em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como o Pacto de São José da Costa Rica e o Protocolo de San Salvador;
	C) Norma supralegal, sendo certo que uma das formas atuais de combate à tortura é a determinação de diminuição da letalidade policial, conforme condenação do Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no chamado Caso Gudiel Álvares;
X	D) Norma supralegal, sendo certo que uma das formas atuais de combate à tortura é a adoção da audiência de custódia, a qual se fundamenta em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como o Pacto de São José da Costa Rica e o Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos;





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	<p>17 – Thaiane, pessoa idosa, é portadora de diabetes, hipertensão e, recentemente, foi diagnosticada com Degenaração Macular Relacionada à Idade (DMRI), doença que afeta os olhos e compromete a visão. Munida de laudo médico que suscita urgência no tratamento, sob pena de perda total da visão, a assistida buscou o sistema de saúde municipal e estadual para obter os cuidados terapêuticos necessários. Porém, mesmo recebendo acolhimento dos órgãos locais, foi-lhe assegurado somente sua inserção em uma demorada fila de espera.</p> <p>Irresignada e ciente dos seus direitos assegurados pela Constituição da República de 1988, pelo Estatuto do Idoso e pela Convenção Interamericana Sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, a idosa dirigiu-se à Defensoria Pública do Estado do Maranhão e foi orientada de que seria cabível:</p>
	<p>A) permanecer na fila de espera, porquanto sua urgência pelo tratamento médico não garante prioridade sobre os demais casos que já aguardam atendimento no sistema de saúde, inclusive de outras pessoas idosas;</p>
	<p>B) impetrar mandado de segurança, com patrocínio da DPE, diante de flagrante violação do seu direito líquido e certo à saúde assegurado pelo texto constitucional, diante da demora pelo tratamento médico de urgência;</p>
X	<p>C) ajuizar ação ordinária com pedido de tutela de urgência contra os entes estaduais e municipais, para requerer as medidas necessárias de modo a assegurar o tratamento médico prioritário e preservar seus direitos e garantias fundamentais, especialmente a acesso à saúde;</p>
	<p>D) apresentar-se ao sistema de saúde federal, como última alternativa para adquirir o tratamento ocular, uma vez que foram superadas as esferas de saúde municipais e estaduais;</p>

	<p>18 – Durante o expediente, em um Núcleo Regional da Defensoria Pública, o sr. João procurou atendimento. Segundo relatado, desde a infância, o sr. João e seus familiares seriam membros assíduos e participantes de uma comunidade de terreiro no bairro em que reside. Por motivo de ter contraído dengue, nas últimas semanas, um desses familiares, a sobrinha Rebeca, teria sido hospitalizada. Durante esse período de tratamento médico, foi negado o acesso do babalorixá para prestar assistência religiosa. Sobrelevando o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana e a temática do racismo religioso, assinale a alternativa correta:</p>
	<p>A) A demanda do sr. João não deve ser admitida pela equipe da Defensoria Pública, pois a proteção ao direito de liberdade de consciência e de crença se limita aos locais de culto, não abrangendo hospitais ou outros locais de internação coletiva.</p>
	<p>B) Mesmo tendo fundamento jurídico para recebimento do caso, qualquer membro da equipe do Núcleo Regional da Defensoria Pública que tiver confissão religiosa diferente da praticada pelo sr. João não tem obrigação de fazer o atendimento.</p>





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

X	C) O caso do sr. João traz elementos fáticos e jurídicos de manifestação de racismo religioso. Portanto, a demanda deve ser acolhida pela equipe do Núcleo Regional uma vez que é assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.
	D) O caso do sr. João traz elementos fáticos e jurídicos de manifestação de racismo religioso. Porém, a demanda não deve ser acolhida pela equipe do Núcleo Regional uma vez que não é assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva.

	19 – Sobre o microsistema legal da Lei n 11340/2006 e o instituto das medidas protetivas de urgência, assinale a alternativa correta :
	A) para que haja o pleito de medidas protetivas e o respetivo deferimento, é imprescindível que haja, em curso, um inquérito policial ou processo criminal contra o suposto agressor envolvendo os fatos comunicados pela mulher em situação de violência doméstica.
	B) dentre as possíveis medidas protetivas, é possível que seja determinado pela autoridade judicial, em desfavor do suposto agressor, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, sem a necessidade que seja ouvida equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
	C) o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e o acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio, são medidas extrajudiciais e que não podem ser determinadas pela autoridade judicial.
X	D) é possível que seja requerido pela Defensoria Pública, em atuação a favor de mulher em situação de violência doméstica e familiar, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

	20- Sobre os direitos fundamentais da pessoa transgênero, especificamente quanto a possibilidade de alteração do prenome e do sexo no registro civil, é correto afirmar:
	A) Não é possível a alteração do prenome e do sexo no assento de nascimento, haja vista que se tratam de registros públicos, sob pena de ofensa ao princípio da segurança jurídica;
	B) Apenas judicialmente é possível proceder à alteração do prenome e do sexo de nascimento;





	C) A pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade;
X	D) A pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, desde que haja se submetido previamente a procedimento cirúrgico, a fim de adequar a sua identidade ao sexo que pretende fazer constar no registro;

QUESTÃO N° 21 - SUBJETIVA:

A igualdade de gênero é reconhecida como uma das premissas para o pleno desenvolvimento das pessoas, das instituições e da sociedade (ONU, 1979). Barreiras de ordem históricas, sociais e culturais porém segue limitando o pleno desenvolvimento feminino e impedindo que mulheres e homens participem da sociedade em igualdade de condições.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial (2020), a pandemia mundial de COVID-19 aprofundou esse abismo. O índice global de diferença de gênero, “The Global Gender Gap”, que referencia a evolução dos hiatos de gênero e mapeia o progresso na eliminação dessas diferenças no tempo, destacou, no ano de 2021, que evidências preliminares sugerem que a emergência mundial de saúde e as relacionadas consequências econômicas impactaram as mulheres mais severamente que os homens, parcialmente reabrindo “gaps” que já haviam sido fechados (World Economic Forum, 2021).

Diante de tais informações, discorra sobre a temática, abordando seu conceito e implicações, mencionando os marcos normativos nacionais que tratam do tema e a atuação da Defensoria Pública na defesa da mulher.



CADERNO DE PROVA - PÓS GRADUAÇÃO - SERVIÇO SOCIAL

	<p>QUESTÃO OBJETIVA 1 - Quando falamos de natureza ética profissional estamos falando de uma ética específica, de uma ética direcionada ao exercício da profissão de cada pessoa. O SERVIÇO SOCIAL é um fenômeno típico da sociedade capitalista em seu estágio monopolista, portanto, o desenvolvimento da natureza de sua ÉTICA só adquire objetividade se analisada em função das necessidades e possibilidades inscritas em tais relações sociais.</p> <p>Dessa forma, , analise atentamente as alternativas abaixo :</p> <p>I) O MODO DE SER (ETHOS) DA PROFISSÃO, diz respeito: a moralidade profissional (consciência moral dos seus agentes objetivada na teleologia profissional), o que reproduz uma imagem social e cria determinadas expectativas.</p> <p>II) As especificidades da natureza da ética profissional são dadas pelas particularidades da ação ético-moral, ou seja, pela moral e pela reflexão ética.</p> <p>III) É uma forma coletiva de abstração da vida ética.</p> <p>Marque a alternativa CORRETA :</p>
	A) Somente I está correta;
	B) Somente II está correta;
X	C) Somente I e II estão corretas
	D) I, II e III estão corretas

	<p>QUESTÃO OBJETIVA 2 - O Código de Ética das/dos Assistentes Sociais estabelece entre seus princípios a necessidade das/dos assistentes sociais :</p>
X	A) Incorporarem suas pautas às agendas coletivas e democráticas vinculadas aos interesses da classe trabalhadora.
	B) Ocuparem posição de agentes da transformação social e de se vincularem às lutas coletivas.
	C) Assumirem a vanguarda política dos movimentos sociais, aprofundando cada vez mais a luta coletiva.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	D) Exercerem o protagonismo da classe na luta das/dos trabalhadoras/es por melhores condições de vida e de trabalho.
--	--

Nessa coluna, digite um 'X' na resposta correta	QUESTÃO OBJETIVA 3 - Quando surge a sociedade de classes e seus antagonismos, fundados na propriedade privada, na divisão social do trabalho e na exploração do trabalho, a função normativa da moral adquire uma relativa autonomia em face de outras funções; assume formas ideológicas e, através de várias mediações, contribui para a veiculação de modos de ser, de valores e costumes que justificam a ordem social dominante e suas ideias. (BARROCO, 2010, p. 62). Uma ação profissional é realizada numa perspectiva dialética quando:
X	A) Instrumentos e técnicas profissionais são, necessariamente, pensados em articulação com a questão do método.
	B) As técnicas coletivas, tais como reuniões, assembleias e seminários, não são priorizadas.
	C) As técnicas têm, necessariamente, como base o projeto político do profissional descartando-se a reflexão sobre a realidade concreta dos sujeitos sociais.
	D) O instrumental técnico é dissociado do processo de conhecimento e da interpretação da realidade.

	QUESTÃO OBJETIVA 4 - O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, aponta a necessidade de processos de capacitação permanente que permitam ao assistente social atuar no cotidiano institucional compreendendo-o como:
	A) Espaço da imediaticidade na qual as ações são sempre pragmáticas.
X	B) Momento do imprevisível e do aleatório.
	C) Totalidade cuja racionalidade não se apreende em sua própria dinâmica.
	D) Momento cuja suspensão depende sempre de processos externos ao trabalho.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	QUESTÃO OBJETIVA 5 - “[...] as bases do pensamento crítico dialético no Serviço Social permitiram compreender que as ações profissionais estão profundamente condicionadas pelas relações entre as classes na sociedade capitalista e que elas interferem na reprodução material e social da força de trabalho, tanto por meio das ações materiais como das ações de cunho sociopolítico e ideocultural”. (Regina Miotto, 2009, p. 498). O principal resultado do processo de sistematização dessa prática profissional é:
	A) A racionalização dos procedimentos de registro profissional;
	B) O reconhecimento da capacidade de registro técnico do assistente social;
X	C) A produção de conhecimento sobre a própria experiência profissional;
	D) A produção de fontes documentais primárias;

	QUESTÃO OBJETIVA 6 - “[...] deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócioocupacional, como também referendarem os compromissos profissionais”. (COUTO, 2009, p.04). A prática profissional do Assistente Social desenvolve-se fundamentalmente em instituições e, portanto, coloca-se
X	A) Como mediadora entre demandas dos usuários e determinações institucionais.
	B) Como executora dos objetivos institucionais.
	C) Como mero repasse de serviços oferecidos pela instituição.
	D) Como resposta exclusiva às demandas dos usuários.

	QUESTÃO OBJETIVA 7 - No que tange a Política de Previdência Social, o novo pensar do assistente social apoia:
	A) Prática ajustadora
	B) Abordagem psicossocial.
X	C) Matriz teórica metodológica crítica.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	D) Vertente modernizadora.
--	----------------------------

	QUESTÃO OBJETIVA 8 - O profissional de Serviço Social durante uma investigação sobre violência doméstica, realizou entrevistas com perguntas previamente estabelecidas e, para complementá-las, optou por uma técnica que se baseia na reconstituição das experiências vivenciadas pelas mulheres. No caso descrito, as técnicas de pesquisa utilizadas foram a entrevista
	A) Não estruturada e a observação sistemática.
	B) Não estruturada e a observação participante.
	C) Semiestruturada e o grupo focal.
X	D) Estruturada e a história de vida.

	QUESTÃO OBJETIVA 9 - Durante as atividades profissionais do Assistente Social o encaminhamento é muito utilizado como instrumental técnico-operativo, segundo os princípios éticos que pautam sua ação profissional, assinale a alternativa INCORRETA.
	A) Ter clareza quanto aos objetivos do encaminhamento de modo a evitar “idas e vindas” da população a diferentes órgãos. De preferência, fazer o encaminhamento por escrito, anotando endereço e nome do profissional de referência (quando houver), além de enviar documentação exigida em cada serviço ou programa.
X	B) Dispensar o registro documental por ser uma atividade simples e cotidiana da maioria dos espaços de trabalho.
	Compreender que se trata de procedimento que articula a necessidade do usuário aos serviços da rede socioassistencial ou de outras políticas públicas. Deve ser precedido por contato com o serviço de destino, contribuindo na efetivação do encaminhamento, do mesmo modo que se faz necessário acompanhar seu retorno.
	D) Ter claro que encaminhamento vale somente para aquelas situações que só serão respondidas por outras políticas ou serviços. .

	QUESTÃO OBJETIVA 10 - A Lei 10.741/2003 , o Estatuto do Idoso é um dos marcos legais mais significativos no que refere-se as medidas de proteção e garantia dos direitos das pessoas idosas no Brasil. Com base na referida legislação, assinale a alternativa CORRETA.
--	---





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	A) É dever, apenas, da família zelar pela dignidade do idoso, colocando a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
X	B) O envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social.
	C) É facultado à família, à comunidade e ao Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
	D) O Estatuto do Idoso destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

	QUESTÃO OBJETIVA 11 - Uma das grandes conquistas do ECA refere-se ao direito de se ter acompanhante nos casos de internação de criança ou adolescente. Nestes casos, os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão
	A) Estabelecer procedimentos para a permanência da mãe no maior tempo possível.
	B) Criar rotinas que favoreçam, em tempo parcial, a permanência dos pais ou responsável.
X	C) Proporcionar condições para permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
	D) Identificar a necessidade de permanência do responsável de acordo com as condições físicas da criança





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	<p>QUESTÃO OBJETIVA 12 - O Assistente Social atua nos mais diversos espaços sócio ocupacionais e trabalha com profissionais de várias outras áreas. Assim, na maioria das vezes, seu exercício profissional é realizado em equipes multiprofissionais. Nesse sentido, em relação à emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre o Assistente Social e outros profissionais, considere:</p> <p>I. A elaboração, emissão e/ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de Serviço Social é atribuição privativa do assistente social.</p> <p>II. O assistente social deve incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar.</p> <p>III. Na atuação em equipes multiprofissionais e interdisciplinares, o assistente social pode e deve ultrapassar a especificidade da profissão.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p>
	A) I.
	B) III.
	C) II e III.
X	D) I e II.

	<p>QUESTÃO OBJETIVA 13 - O planejador, que pretende criar condições para uma intervenção que conduza a mudanças significativas, deve identificar as prioridades de intervenção. Para que a identificação ocorra de maneira racional e objetiva, pode-se utilizar dois critérios básicos: de relevância e de viabilidade. Influem na determinação de relevância :</p>
	A) O âmbito institucional, suas funções e responsabilidades.
X	B) O grau de crise representado pela variável, o seu impacto sobre as outras variáveis, a vantagem estratégica de sua manipulação, o grau de interesse geral (a demanda social) e os padrões e valores que norteiam o planejamento.
	C) A coerência com a política definida em outros níveis.
	D) O índice de aceitação, por parte da população usuária.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	QUESTÃO OBJETIVA 14 - Formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido faz-se um desafio ao Assistente Social, pois é imperativo que o profissional identifique aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais. Dessa forma, do ponto de vista jurídico-legal, dois instrumentos são fundamentais nessa definição. Quais são esses instrumentos:
	A) O Plano de Ação Social do Governo e o Código de Ética.
X	B) A lei que regulamenta a profissão do Assistente Social e a Lei Orgânica da Previdência Social.
	C) O Plano Nacional de Vigilância Sanitária e a Lei Orgânica de Assistência Social.
	D) A lei que regulamenta a profissão do Assistente Social e o Código de Ética do Assistente Social vigente.

	QUESTÃO OBJETIVA 15 - Segundo as definições legais , qual das afirmativas melhor conceitua , pessoa com deficiência :
	A) Idoso com mobilidade reduzida por causa temporária
	B) Indivíduo com capacidade residual permanente para locomover-se, escutar ou expressar a própria vontade.
X	C) Indivíduo que possui impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, que impede sua participação plena e efetiva na sociedade nas mesmas condições dos demais.
	D) Indivíduo incapacitado de expressar a vontade própria ou de locomover-se por sua conta, ainda que por curto prazo.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	<p>QUESTÃO OBJETIVA 16 - Tendo por base o entendimento de acessibilidade de acordo com a Lei nº 13.146/2015-, analisar os itens abaixo:</p> <p>I. O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral.</p> <p>II. A acessibilidade é o direito que garante á pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma dependente, para que não possa exercer seus direitos de cidadania e de participação social.</p> <p>III. Para a aprovação, o licenciamento ou a emissão de certificado de projeto executivo arquitetônico ou urbanístico e para o licenciamento ou emissão de certificado de conclusão de obra ou de serviço, deve ser atestado o atendimento ás regras de acessibilidade.</p> <p>Esta(ão) Correto(s):</p>
	A) Somente o item I
	B) Somente o item II
	C) Somente os itens I e II
X	D) Somente os itens I e III

	<p>QUESTÃO OBJETIVA 17 - O Código de Ética (1993) estabelece deveres ao assistente social, entre os quais, na sua relação com os usuários, inclui-se:</p>
	A) Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
	B) Desempenho das atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
	C) Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.
X	D) Esclarecimento aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

<p>Nessa coluna, digite um 'X' na resposta correta</p>	<p>QUESTÃO OBJETIVA 18 - No Serviço Social, uma das distorções na compreensão da prática social desdobra-se num comportamento fatalista diante da prática profissional. A esse respeito, analise as afirmações a seguir.</p> <p>I - O fatalismo está calcado numa visão determinista da lógica do capital.</p> <p>II - O fatalismo possui uma visão ingênua do Serviço Social.</p> <p>III - O fatalismo, marcado pela recusa da história, fortalece a herança conservadora do Serviço Social.</p> <p>É correto o que se afirmar em:</p>
--	---

	A) I e II, apenas.
X	B) I e III, apenas.
	C) II e III, apenas.
	D) I, II e III.

	<p>QUESTÃO OBJETIVA 19 - No que refere-se às medidas de proteção e garantia dos direitos das pessoas idosas no Brasil, preconizadas no Estatuto do Idoso. Com base na referida legislação, assinale a alternativa CORRETA.</p>
	A) É dever, apenas, da família zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
X	B) O envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social.
	C) É facultado à família, à comunidade e ao Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
	D) O Estatuto do Idoso destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.





DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

	QUESTÃO OBJETIVA 20 - Considerando a relação teoria-prática, o saber que informa a ação profissional cotidiana é complexo. É uma combinação histórica específica de diversos modos de conhecimento, de certa forma hierarquizados. Em síntese, a construção do saber do profissional, tendo em vista a intervenção, realiza um tríplice movimento de
	A) Mediação, de criação de novas propostas e de novos conhecimentos
	B) Reflexão, de superação de limitações e de resultados.
	C) Elaboração de conhecimentos, de avaliação e redirecionamento de saberes.
X	D) Crítica, de construção de um conhecimento novo e de nova síntese no plano do conhecimento e da ação.

